



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2020/TCMPA, de 01 de julho de 2020.

EMENTA: Altera a redação da [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), de 03/06/2020, que disciplina os critérios de alimentação e fiscalização dos Portais de Transparência Pública do Poder Executivo nos Municípios do Estado do Pará, vinculados às contratações, despesas e demais procedimentos administrativos, relacionados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19).

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da [Lei Complementar nº 109](#), de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do Regimento Interno ([Ato nº 16/2013](#)), por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO os termos e fundamentos fixados na [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), de 03/06/2020, a qual “Disciplina os critérios de alimentação e fiscalização dos Portais de Transparência Pública do Poder Executivo nos Municípios do Estado do Pará, vinculados às contratações, despesas e demais procedimentos administrativos, relacionados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), conforme inteligência das [Leis Federais nº 13.979/2020](#) e [nº 12.527/2011](#) e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que o destinatário primeiro e maior da Transparência Pública, exigida dos Poderes Públicos é a sociedade civil, ao que se impõem, aos órgãos de controle externo, a busca permanente na facilitação do acesso às informações pertinentes aos atos de gestão, notadamente, no atual cenário de pandemia e crise na saúde.

CONSIDERANDO a necessidade de coordenação às ações de controle externo pautadas na fiscalização dos Portais Específicos de Transparência Pública dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), assegurando-se a análise e disponibilizações de resultados uniformes, com pleno atendimento ao princípio da isonomia, junto aos entes jurisdicionados.

CONSIDERANDO a proposição fixada pelo Núcleo de Assessoramento Técnico e Diretoria Jurídica do TCMPA, a qual busca amplificar a transparência e a acessibilidade às ações de auditoria realizados por esta Corte de Contas, perante os Portais Específicos da Transparência dos Municípios do Estado do Pará, conforme disciplinado pela [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), com fortalecimento do controle social.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam alterados o § 1º, do art. 2º e acrescidos o §1º-A, do art. 2º, art. 6º-A e art. 6º-B, da [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

§ 1º. As avaliações dos entes jurisdicionados ocorrerão a qualquer tempo, precedidas por emissão de Ordem Técnica de Serviço, sob encargo da Presidência, que delimitará a metodologia, o período de apuração, indicando data de início e conclusão dos levantamentos das Controladorias de Controle Externo, bem como indicação da data limite de publicização das informações no site do TCMPA, com ocorrência obrigatória mínima, de duas avaliações, por semestre, enquanto perdurarem os efeitos da [Lei Federal nº 13.979/2020](#).

§ 1º-A. A Presidência do TCMPA procederá, antes da emissão da Ordem Técnica Interna de Serviço, prevista no § 1º, com a comunicação aos demais Conselheiros, em caráter reservado, objetivando assegurar o sigilo na ação de controle externo.

Art. 6º-A. Sem prejuízo das disposições fixadas nos artigos 2º e 5º desta Instrução Normativa, os resultados obtidos pelas Controladorias de Controle Externo, no monitoramento e fiscalização dos Portais da Transparência relacionados à COVID-19 serão consolidados para disponibilização em ambiente eletrônico, no site do TCMPA.



§ 1º. Competirá ao Núcleo de Assessoramento Técnico a coordenação da consolidação das informações estabelecidas no caput deste artigo.

§ 2º. Competirá à Assessoria de Comunicação a disponibilização das avaliações dispostas no art. 1º no site do TCMPA.

Art. 6º-B. As informações disponibilizadas no site do Tribunal, de acesso público e irrestrito, observarão as seguintes diretrizes:

I – Tabulação ordinatória dos municípios de acordo com o percentual de atendimento da matriz prevista no Anexo Único, desta Instrução Normativa;

II – Classificação dos municípios, com base em conceitos parametrizados a partir do percentual de atendimento da matriz, nas seguintes faixas:

- a) ÓTIMO: 100% de atendimento;**
- b) BOM: 75% a 99% de atendimento;**
- c) REGULAR: 50% a 74% de atendimento;**
- d) RUIM: 1% a 49% de atendimento;**
- e) PÉSSIMO: 0% de atendimento.**

III – Indicação do período de apuração, com base no que for fixado pela Ordem Técnica Interna de Serviço:

§ 1º. As informações ficarão disponibilizadas no site do TCMPA até que ocorra uma nova rodada de consolidação de informações, preservando-se, em todo caso, as informações da(s) rodada(s) anterior(es).

§ 2º. Somente nas hipóteses de comprovado erro material ou formal, indicado e comprovado pelo jurisdicionado perante o TCMPA, proceder-se-á com a retificação das informações disponibilizadas ao acesso público, na forma do art. 6º-A.

§ 3º. Nos termos do previsto no § 1º, do art. 2º desta Instrução Normativa, serão realizadas a cada semestre, obrigatoriamente, duas rodadas de verificação e de publicação das informações apuradas, junto aos sites específicos vinculados às contratações, despesas e demais procedimentos administrativos relacionados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” dos municípios jurisdicionados.

Art. 2º. Permanecem inalteradas e vigentes as demais disposições fixadas na [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#).

~~**Art. 3º.** Fica determinado à Secretaria Geral, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a republicação da Resolução Administrativa nº 008/2020/TCMPA, com a consolidação das disposições alteradas, nos termos dos artigos 1º e 2º, deste ato normativo. (Errata publicada no DOE TCMPA nº 812 de 06/07/2020, p. 2)~~

Art. 3º. Fica determinado à Secretaria Geral, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a republicação da [Instrução Normativa nº 10/2020/TCMPA](#), com a consolidação das disposições alteradas, nos termos do artigo 1º, deste ato normativo. (Errata publicada no DOE TCMPA nº 812 de 06/07/2020, p. 2)

Art. 4º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04/06/2020.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 01 de julho de 2020.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Presidente/TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Ouvidora/TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro-Substituto/TCMPA